

Aviso (extracto) n.º 703/2007

Para os devidos efeitos de torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 15 de Dezembro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares para a categoria de operário principal da carreira de canalizador do grupo de pessoal operário qualificado do quadro de pessoal desta autarquia.

- 1 — O concurso é válido para as vagas postas a concurso.
- 2 — Composição do júri:

Presidente — Francisco José Fernandes Janeiro, chefe de divisão de Planeamento, Urbanismo, Habitação e Ambiente.

Vogais efectivos:

- 1.º Néelson Ferreira Quadrado, encarregado do pessoal operário qualificado.
- 2.º Aníbal Augusto Torres Lourenço, canalizador principal.

Vogais suplentes:

- 1.º Fernando Pereira Alexandre, técnico profissional de 1.ª classe (desenhador).
- 2.º José Marcos Machado Teixeira, técnico profissional de 2.ª classe (desenhador).

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

- 3 — Métodos de selecção a aplicar:

Entrevista profissional de selecção;
Avaliação curricular.

- 3.1 — Na entrevista os factores de avaliação previstos são:

- a) Motivação (interesse pelo cargo a prover e actividades desempenhadas nesse âmbito);
- b) Capacidade de relacionamento (postura, expressão oral e adequação do contacto interpessoal);
- c) Conhecimento da função (conhecimento da abrangência do conteúdo funcional do cargo a prover);
- d) Responsabilidade.

3.2 — Na avaliação curricular são obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função, os seguintes factores:

- a) Habilitação académica de base, onde se ponderará a titularidade de um grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;
- b) Formação profissional, em que se ponderarão as acções de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as áreas funcionais dos lugares postos a concurso;
- c) Experiência profissional, em que se ponderará o desempenho efectivo de funções na área de actividade para que o concurso é aberto, devendo ser avaliada designadamente pela sua natureza e duração.

3.3 — Os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

- 4 — Formalização das candidaturas:

4.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo, elaborado em folhas de papel normalizadas, brancas ou de cores pálidas, de formato A4, ou papel contínuo, a ser entregue, pessoalmente, na Secretaria da Câmara Municipal, sita no Largo do Dr. Vilhena, 6440-100 Figueira de Castelo Rodrigo, ou remetido pelo correio, registado com aviso de recepção, para a morada indicada, até ao termo do prazo fixado, nele devendo constar os seguintes elementos: identificação completa (nome, número de contribuinte fiscal, estado civil, número, data de emissão, validade e serviço emissor do bilhete de identidade, residência e contacto telefónico), habilitações literárias e profissionais, lugar a que se candidata, com referência ao *Diário da República* que contenha a publicação do presente aviso.

4.2 — Os candidatos, para além do requerimento a solicitar a admissão a concurso, deverão entregar:

- a) *Curriculum vitae* detalhado, donde conste a identificação pessoal, habilitações literárias e ou profissionais, experiência profissional, cursos de formação profissional e quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever mencionar, por considerar relevantes para a apreciação do seu mérito ou por constituir motivo de preferência legal, juntando prova dos mesmos;

- b) Certidão, emitida pelo serviço, da qual conste a categoria do candidato, o vínculo à Administração, o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública;
- c) Fotocópia do bilhete de identidade.

5 — As falsas declarações prestadas serão punidas nos termos da lei.

6 — As listas dos candidatos admitidos/excluídos e de classificação final serão publicadas nos termos e de acordo com o disposto nos artigos 34.º, 35.º, 38.º a 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, sendo afixadas, quando seja o caso, no átrio do edifício dos Paços do Município, sito no Largo do Dr. Vilhena, 1, Figueira de Castelo Rodrigo.

15 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Edmundo Freire Ribeiro*.

1000309405

CÂMARA MUNICIPAL DA GOLEGÃ**Aviso n.º 704/2007****Prorrogação de contratos de trabalho a termo resolutivo**

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho de 18 de Dezembro de 2006, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi prorrogado, por mais um ano, o prazo dos contratos de trabalho a termo resolutivo, celebrados em 16 de Janeiro de 2006, ao abrigo do n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com António Manuel Sampaio Caixinha, Francisco Rodrigues Vieira, Teresa Maria Rodrigues Duarte, Carlos Manuel Martinho Silva Caixinha, Luís Filipe Amora Domingos, Maria do Carmo Parreira Marques da Cruz e Maria Fernanda Simões Mota Tomé para o exercício das funções de auxiliar de serviços gerais, ficando válido até 16 de Janeiro de 2006.

A celebração do contrato foi publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 32, de 14 de Fevereiro de 2006.

18 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Veiga Maltex*.

1000309408

CÂMARA MUNICIPAL DE GRÂNDOLA**Aviso n.º 705/2007****Prorrogação de nomeação em regime de substituição**

Para os devidos e legais efeitos e nos termos do n.º 2 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 466/79, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 406/82, de 27 de Setembro, torna-se público que, por meu despacho de 15 de Dezembro de 2006, foi prorrogada a nomeação em regime de substituição do assistente administrativo especialista Mário Pereira Espada, somente até que o concurso para a respectiva secção produza efeitos.

22 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato*.

1000309398

Aviso n.º 706/2007**Concurso interno de acesso geral para provimento de nove lugares de assistente administrativo principal (nomeação)**

Para os devidos e legais efeitos torna-se público que, por meu despacho de 11 de Dezembro de 2006, foram nomeados, ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, os nove primeiros classificados no concurso acima referenciado Deolinda Maria Pereira Parreira Reis, Ana Margarida Vacas Tereso, Cláudia Maria da Rocha Moreira, Ana Isabel Parreira Costa, Carla Sofia Gonçalves Pereira Rito, Fátima José Parreira Pereira, Joaquim de Sousa Rodrigues Anacleto, Elisabete Filipa da Silva Pinto e Rita Isabel Coelho Palas.

Mais se torna público que os referidos nomeados deverão comparecer para assinar o termo de aceitação no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

27 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Beato*.

1000309399